

CONCLUSÃO

Nesta data faço os presentes autos conclusos a MM^a.
Juíza de Direito desta Comarca DRA. JANES DE FATIMA PALAZZO.
Jandaia do Sul, 12 de abril de 2010.

MARCIO ROGERIO N. AMBROZIO
Auxiliar Juramentado

inter - 5 (cinco) dias
esperar.

E - 28/06/10 (confiável)

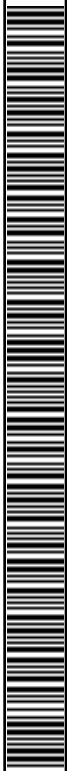
Janes de Fátima Palazzo
Juiz de Direito





Vistos e examinados estes autos sob nº.
448/2008 de **AÇÃO DE AUTO FALÊNCIA** em
que é requerente **PONTARA E VINHOLI – LTDA.**

PONTARA E VINHOLI LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF n. 02.373.291/0001-99, com sede à Rua Clementino S. Puppi, n. 273, nesta cidade, por seus sócios gerentes ROSA LUCIA VINHOLI PONTARA, brasileira, casada, empresária, portadora da CI/RG n. 799.645-4, inscrita no CPF/MF n. 532.195.119-53, residente e domiciliada na Rua Professor Roberto R. Chaves nº 733, nesta cidade e comarca de Jandaia do Sul (PR) e ROBERTO PONTARA, brasileiro, casado, empresário, portador da CI/RG n. 2.153.742 SSP/PR, e do CPF/MF n. 478.266.909-78, residente e domiciliada à Rua João Moreira Branco n. 91, centro, nesta cidade e comarca de Jandaia do Sul, ajuizou a presente **AÇÃO DE AUTO FALÊNCIA**, onde em síntese alegou: que a requerente, representada por seus sócios, trabalha no ramo de objetivo de Indústria e Comércio de Artigos do Vestuário; que em decorrência de circunstâncias da economia e demais influências deixaram de pagar diversas obrigações; que em virtude de várias obrigações vencidas e vincendas, não tem





condições de dar continuidade às atividades empresariais. Por fim, requer que a presente medida seja julgada procedente; concessão de tutela antecipada; declaração de falência da empresa; produção de provas; ordenar a suspensão de todas as ações ou execuções contra a autora; ordenar ao Registro de empresas que proceda anotações necessárias; nomear administrador judicial; intimação do Ministério Público; comunicação a Fazenda Pública e Justiça da Vara do Trabalho.

Acostou aos autos o instrumento de procuração e os documentos de fls. 08/24.

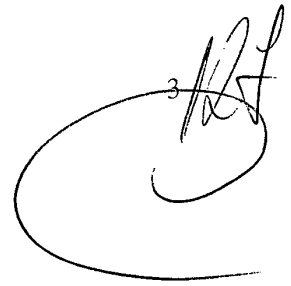
A ilustre representante do Ministério Público requereu, às fls. 30, que fosse cumprido o disposto no art. 105, incisos I, II e III da Lei 11.101/05.

Às fls. 33, a requerente pediu o sobrestamento do feito por 90 dias, com o fim de cumprir a cota ministerial.

A requerente juntou petição às fls. 37/40 comprovando o exigido pelo art. 105 da Lei 11.101/05.

Juntou a requerente aos autos os documentos de fls. 41/117.





O Ministério Público manifesta-se pela procedência do pedido, conforme parecer de fls. 123.

Contados e preparados, os autos vieram conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

O pedido é procedente.

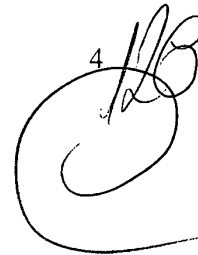
De conformidade com o art. 97, III, da Lei 11101/05, a representante do requerente pode requerer a falência.

O requerente confessa o seu estado de insolvência e traz aos autos demonstrações contábeis; relação nominal de credores e descritivo dos respectivos créditos, informando, ainda, que tem bens penhorados junto à Justiça do Trabalho.

A condição de empresário está demonstrada nos autos (fls. 09 e ss).

Assim, o requerente cumpriu os requisitos exigidos pelo art. 105, da Lei Falimentar, devendo, portanto, ser decretada a falência postulada.





ISTO POSTO, declaro, por sentença, aberta, na data de hoje, às 12:00 horas, a falência de **PONTARA E VINHOLI LTDA EPP**, com sede na Rua Clementino S. Puppi, nº 273, neste município e Comarca, tendo como representante legal os Senhores **ROSA LUCIA VINHOLI PONTARA e ROBERTO PONTARA**, o que faço com fulcro nos art. 94, I, da lei de falências.


Fixo o termo legal como sendo o sexagésimo anterior ao despacho inicial do requerimento da falência.

Nomeio Administrador Judicial, na forma do artigo 21, da Lei de Falências o **Dr. Waldomiro Barbieri**, devendo ser intimado a esclarecer se aceita ou não o encargo.

Marco o prazo de quinze dias para que os credores apresentem as declarações e documentos justificativos de seus créditos (art. 7º, par. 1º, da lei de quebras).

Suspendo todos os processos executivos em face do devedor (art. 99, inc. V c/c art. 6º, da Lei 11101/05).

No que tange à continuação do negócio, resta prejudicada a análise, considerando que a empresa está desativada (art. 99, XI).



5/29

Cumpra-se as diligências constantes dos artigos
99 da lei falencial.

Ciência ao representante do Ministério Público.

PUBLIQUE-SE.

REGISTRE-SE.

INTIMEM-SE.

Jandaia do Sul, 28 de junho de 2010.

JANES DE FÁTIMA PALAZZO

Juiz de Direito

DATA
Nesta data recebi os presentes autos com 12
Antonio Dupin
Jandaia do Sul, 28 de 06 de 20 10

☒ Newton Gustavo Toledo Nogueira - Escrivão
☒ Márcio Rogério N. Ambrósio - Aux. Juramentado

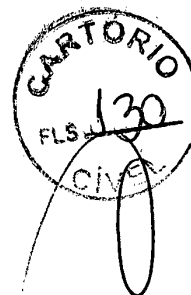


PUBLICAÇÃO DE REGISTRO DA SENTENÇA

O J. P. que a respectiva sentença das P. foi publicada em cartório sendo
Registrada no livro nº 131 fol. 141 a 149
e sob o nº 913
Doult, Em 28.06.10

Escrivão





CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO E PRAZO

Certifico que efetuei a intimação do respeitável pronunciamento judicial de fls. (vide abaixo), veiculada em 16/07/2010 e publicada no Diário da Justiça eletrônico nº 000431, de 19/07/2010, páginas nº 737 à 741.

Em conformidade com a Resolução nº 008/2008, artigo 4ª, parágrafo 1ª, publicada no Diário da Justiça de 16/10/2008, o prazo se iniciará em 20/07/2010.

JANDAIA DO SUL, 16 de Julho de 2010.

Marcio Rogério N. Ambrozio - Juramentado

Relacao no. 0026/2010

26. FALENCIA-448/2008-PONTARA E VINHOLI LTDA ME x JUIZO DE DIREITO DESTA COMARCA- "... ISTO POSTO, declaro, por sentença, aberta, na data de hoje, às 12:00 horas, a falência de PONTARA E VINHOLI LTDA EPP, com sede na Rua Clementino S. Puppi, nº 273, neste município e Comarca, tendo como representante legal os Senhores ROSA LUCIA VINHOLI PONTARA E ROBERTO PONTARA, o que faço com fulcro nos art. 94, I, da lei de falências. Fixo o termo legal como sendo o sexagésimo anterior ao despacho inicial do requerimento da falência. Nomeio Administrador Judicial, na forma do artigo 21, da Lei de Falências o Dr. Waldomiro Barbieri, devendo ser intimado a esclarecer se aceita ou não o encargo. Marco o prazo de quinze dias para que os credores apresentem as declarações e documentos justificativos de seus créditos (art. 7º, par. 1º, da lei de quebras). Suspendo todos os processos executivos em face do devedor (art. 99, inc. V c/c art. 6º, da Lei 11101/05). No que tange à continuação do negócio, resta prejudicada a análise, considerando que a empresa está desativada (art. 99, XI). Cumpra-se as diligências constantes dos artigos 99 da lei falencial. Ciência ao representante do Ministério Público." -Advs. MARCIUS VALERIUS GOMES DELALIBERA e JOSE ANUNCIATO SONNI-.

